

Congresso, superlotado, quase não tem técnicos

João Domingos

BRASÍLIA — Há um mês o líder do PSDB na Câmara dos Deputados, Nelson Friedrich (PR), encaminhou à Assessoria Legislativa da Casa um pedido de estudos sobre a lei de greve, o salário mínimo, a estabilidade do dirigente sindical e o seguro-desemprego, entre outros itens. Recebeu, dias depois, diversos anteprojetos de lei já apresentados por colegas e uma justificativa: era impossível um aprofundamento nos temas por duas razões. Primeiro, por falta de pessoal; segundo, por falta de tempo, pois os especialistas, que deveriam ser técnicos especializados em temas específicos, tinham se transformado em *faz-tudo* de todos os deputados.

Curioso com a resposta, Nelson quis saber mais sobre o quadro de especialistas da Câmara. Descobriu o que classificou de "situação ridícula". Embora entupida de funcionários, a Câmara tem em seus quadros de especialistas apenas 55 técnicos na Assessoria Legislativa, num universo de 9.170 servidores. Dos 55, metade não é concursada. No Senado, a situação é diferente. O quadro de técnicos especializados se compõe de 200 pessoas, o que dá quase três para cada senador, enquanto na Câmara o percentual é de 0,11 para cada deputado.

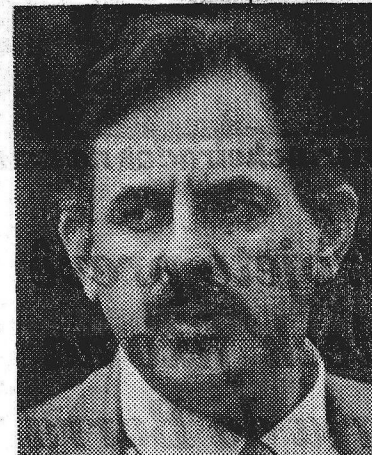
Socorro — Essa situação chega a ameaçar o andamento dos trabalhos no Congresso. Mais poderoso em toda sua história, após a promulgação da Constituição de 1988, o Legislativo tem agora a incumbência de, além de fiscalizar o Executivo, elaborar o orçamento anual da União, aprovar os nomes de diretores de autarquias, como o Banco Central, fazer mais de 200 leis

complementares à Constituição e ordinárias, enfim, discutir tudo. Mas não tem assessoria. "Ou buscamos socorro nas entidades de trabalhadores, como o Dieese (Departamento Intersindical de Estudos Sócio-Econômicos e Estatística), ou no governo. Não temos escapatória. Não temos condição, ao votar a lei do salário mínimo, de saber o que 5% de aumento real ao mês vai representar para a economia do país, para as microempresas, para a classe média", afirmou Nelson.

Essa estrutura é mantida pela Câmara há mais de 15 anos. "Hoje tudo na Casa funciona como no tempo em que o Legislativo era um subpoder. Não podia fazer nada. Então, optou por promover o empreguismo. Esqueceu a qualidade", disse o líder do PT, deputado Plínio Arruda Sampaio (SP). Nelson prega a demissão dos ociosos e sua substituição por quem entende dos assuntos nas suas diversas áreas.

Mas essa à proposta enfrenta o que o ex-líder do PMDB na Constituinte e atual presidente da Comissão de Justiça, deputado Nelson Jo-

Arquivo — 8/7/88



Jobim: "Tudo é viciado"

bim (RS) classificou de "reação mais poderosa" que já viu, por parte do funcionalismo.

Satanás — Jobim tem consciência de que os funcionários da Câmara o consideram a própria encarnação de Satanás. A justificativa: "Quando elaborei o projeto de regimento interno, consegui incluir — e a pressão contrária foi fortíssima — uma cláusula que vai transferir os técnicos para o trabalho em cada comissão. Isso me tornou odiado. Ninguém vem até mim dizer nada, mas sempre estou ouvindo recados", contou.

Pela experiência que adquiriu nos dois anos de mandato, Jobim sabe que mudar alguma coisa na Câmara é muito difícil. "Do funcionalismo à arquitetura, tudo é viciado. Não sei para que uma sala desse tamanho, se só é usada para atender a pessoas que procuram o presidente", disse ele, mostrando o gabinete de 40 metros quadrados que encontrou na Comissão de Constituição e Justiça. A primeira providência dele ao chegar à Comissão foi arrancar a plaquetinha com a inscrição *Presidente*, que havia sobre uma das mesas; a segunda foi a troca das divisórias para aumentar o espaço dos funcionários e reduzir o seu.

Na opinião de Nelson Friedrich, "ou se muda essa situação, ou se enterra de vez o pouco crédito que o Legislativo goza junto à sociedade". Ele está empenhado em procurar os líderes de todos os outros partidos para propor o que, normalmente, ocorre no meio acadêmico: repensar a Casa, seu funcionamento, sua estrutura, seus quadros. Ele defende a assinatura de convênios com universidades para a prestação de serviços ao Legislativo.